**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

RESOLUÇÃO No XX, DE XX DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a Política de Extensão da
Universidade Federal de Santa Maria.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando:

- a autonomia universitária postulada no art. 207, da Constituição Federal de 1988, bem como nos arts. 53 e 54 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- a Política Nacional de Extensão, aprovada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em maio de 2012;
- a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências, em especial a meta 12 estratégia 12.7;
 - o Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010, que regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que trata da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária;
- a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências;
- o Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 8.958/94;
- a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.
- o Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, que regulamenta as Leis nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, bem como outros dispositivos legais, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional;
- o Projeto de Lei nº 3.329/2015 que institui a Política Nacional de Tecnologia Social;
- o Estatuto da UFSM, art. 2º, que fixa a sua autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e sua autonomia financeira, e art. 5º, inciso II, alínea “e”, que estabelece a prestação de serviços especializados à comunidade como um de seus objetivos especiais;
- a Resolução nº 001/2013 da UFSM, que dispõe sobre concessão, critérios de acesso, permanência e suspensão de Bolsas Estudantis de Ensino, de Pesquisa e de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria;
- a Resolução nº 025/2012 da UFSM, que dispõe, no âmbito da UFSM, sobre as diretrizes e normas relativas à prestação de serviços, por meio do desenvolvimento de atividades voltadas ao ensino, à pesquisa científica e tecnológica, à extensão universitária e a inovação;
- a Resolução nº XXX/2018 da UFSM, que dispõe, no âmbito da UFSM, sobre as atividades do magistério federal da UFSM e revoga a Resolução nº 34/2015;
- o Decreto nº 5.707/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em especial o art. 2º.

RESOLVE

Art. 1º Aprovar a Política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria.

Parágrafo único. A Política de Extensão da UFSM é aprovada na forma de Anexo a esse ato.

Art. 2º A Pró-Reitoria de Extensão, juntamente com a Câmara de Extensão, presidida pelo(a) Pró-Reitor(a) de Extensão, será responsável pelo encaminhamento das atividades para aplicação da Política de Extensão da UFSM.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, AOS XX DE XXXXX DE 2018.

Paulo Afonso Burmann,
Reitor.

POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UFSM

Anexo da Res. N. XX/2018, de XXXX

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Política de Extensão dispõe sobre as diretrizes e os objetivos da extensão na UFSM e da Pró-Reitoria de Extensão; os eixos e as linhas da extensão; a caracterização, classificação, registro e financiamento das ações de extensão; a composição e finalidade da Câmara de Extensão, das Comissões de Extensão e do Fórum Regional Permanente de Extensão; a avaliação e valorização da extensão; e a inserção das ações de extensão na graduação, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.

Parágrafo único. O propósito desta Política é orientar e integrar as atividades extensionistas desenvolvidas na UFSM, de modo a colaborar para a construção de uma universidade de excelência e socialmente referenciada.

Art. 2º A Política de Extensão deverá subsidiar a construção dos Planos de Desenvolvimento Institucional e dos Planos de Gestão no âmbito da UFSM.

CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES E OBJETIVOS

Art. 3º São diretrizes da extensão:

- I** - Interação dialógica entre universidade e sociedade, caracterizada pelo intercâmbio de experiências e saberes entre Universidade e demais setores da sociedade.
- II** - Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, caracterizada por trocas entre áreas de conhecimento, bem como pela interação de modelos e conceitos complementares;
- III** - Indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, caracterizada pela integração da atividade extensionista à formação técnica e cidadã do estudante e à produção/difusão de novos conhecimentos e metodologias;
- IV** - Impacto na formação do estudante, caracterizado pela contribuição à formação técnico-científica, pessoal e social do estudante;
- V** - Impacto e transformação social, caracterizado pela contribuição à inclusão de grupos sociais, ao desenvolvimento de meios e processos de produção, à inovação e transferência de conhecimento e à ampliação de oportunidades educacionais e formativas, como também à formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento local, regional e nacional;
- VI** - Comprometimento com as demandas da sociedade e com as exigências da realidade, caracterizado pela priorização do atendimento a necessidades identificadas por meio de diferentes instrumentos.

Art. 4º São objetivos da extensão:

- I** - Ser reconhecida pelo Poder Público e pela sociedade como uma dimensão fundamental da atuação da universidade;
- II** - Contribuir na construção de soluções para os problemas da sociedade;

- III - Possibilitar o desenvolvimento de programas e projetos alinhados com a plano de desenvolvimento institucional, considerando as demandas da sociedade;
- IV - Facilitar o processo de produção e difusão de conhecimentos, ampliando o acesso aos saberes e o desenvolvimento tecnológico e social da sociedade;
- V - Promover a inserção junto aos segmentos sociais e interfaces com a educação básica;
- VI - Propiciar a integração com a sociedade e o mercado.

CAPÍTULO III DOS EIXOS E LINHAS DA EXTENSÃO

Art. 5º A extensão universitária, conforme estabelecido pela Política Nacional de Extensão, deve ser pautada por três eixos integradores: áreas temáticas, território e grupos populacionais.

§ 1º A consideração da área temática tem por objetivo nortear a sistematização das ações de extensão em áreas correspondentes a grandes focos de política social:

- I – Comunicação;
- II – Cultura;
- III – Direitos Humanos e Justiça;
- IV – Educação;
- V – Meio Ambiente;
- VI – Saúde;
- VII – Tecnologia e Produção;
- VIII – Trabalho.

§ 2º A observação do território permite a integração das ações extensionistas em termos espaciais, bem como das políticas públicas com as quais se articulam. Serão consideradas como prioritárias as ações de extensão cujos territórios:

- I – demonstrem fragilidade econômica, social ou ambiental;
- II – apresentem potenciais particularidades para o desenvolvimento local e regional;
- III – demandem de auxílio para articulação e organização de seus agentes sociais e entidades.

§ 3º A consideração dos grupos populacionais busca atender grupos específicos, especialmente os excluídos e aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Art. 6º As linhas temáticas das ações extensionistas deverão corresponder às definidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão e deverão estar alinhadas com as demandas identificadas no Fórum Regional Permanente de Extensão.

Parágrafo único. As linhas temáticas da extensão serão divulgadas pelo Edital FIEIX, considerando as demandas identificadas pelo Fórum Regional Permanente Extensão.

CAPÍTULO IV DA CARACTERIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Art. 7º A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é entendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, social, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

Art. 8º As ações de extensão são destinados à comunidade externa e suas demandas, podendo ser desenvolvidas por servidores docentes e técnico-administrativos em educação, com a participação de estudantes, em consonância com as diretrizes e objetivos estabelecidos nesta Política

Art. 9º As ações de extensão são classificadas da seguinte forma:

I – Programa: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter multidisciplinar e orgânico-institucional, integração no território e/ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo até, no máximo, dez anos, tendo estudantes orientados por um ou mais servidores da instituição.

II – Projetos: o conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado de, no máximo, cinco anos.

III – Cursos de extensão: ação de caráter pedagógico teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejado e organizado de modo sistemático, com carga horária mínima de oito horas e critérios de avaliação e certificação cujo público seja a comunidade externa;

IV – Eventos de extensão: ação que contempla a apresentação e/ou exibição pública do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico/acadêmico ou tecnológico desenvolvido ou reconhecido pela Comissão de Extensão ou equivalente, cujo público seja a comunidade externa.

V – Prestação de Serviços: corresponde ao serviço técnico especializado, oferecido pela universidade à comunidade externa, necessariamente vinculado a projetos ou programas de extensão, caracterizado por sua finalidade pública e social, observada no perfil da demandante e na finalidade dos serviços, em conformidade com a função social da universidade pública, com a missão da UFSM, em atendimento à lei e devidamente registrada como ação de extensão.

VI – Produtos: ações de extensão que geram produtos de difusão e divulgação cultural, científica e tecnológica, podendo ser: livros, capítulo de livros, enciclopédia, periódico, manual, jornal, revista, produto audiovisual (filme, vídeo, CD/DVD, outros), programa de rádio e TV, software, sites, produções artísticas, entre outros.

Parágrafo único. Os Programas de Extensão, sob análise e indicação da Câmara de Extensão, poderão converter-se em Programas Institucionais quando, atendido o prazo para sua execução, estiverem alinhados com a Política de Desenvolvimento da Instituição e obtiverem desempenho satisfatório em todos os indicadores de avaliação.

CAPÍTULO V DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Art. 10 São objetivos gerais da Pró-Reitoria de Extensão:

- I - Atuar como agente facilitador do processo de interação dialógica entre sociedade e universidade;
- II - Fomentar e articular ações de extensão, estimulando ações que viabilizem a construção de relações multi, inter e transdisciplinares e interprofissionais entre setores da Universidade e da sociedade;
- III - Dirigir o financiamento das ações extensionistas, apoiando as diferentes modalidades de ações extensionistas nas áreas de atuação da Universidade e de reconhecida demanda.
- IV - Valorizar as ações de extensão interinstitucionais estabelecidas por consórcios, redes e demais parcerias orientadas para o intercâmbio e a solidariedade;
- V - Fortalecer o Fórum Regional Permanente de Extensão;
- VI - Alinhar-se com as ações de internacionalização implementadas no âmbito da UFSM, objetivando o intercâmbio e a cooperação internacional entre instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- VII - Coordenar a implementação, o acompanhamento e a avaliação da política de extensão no âmbito da UFSM;

CAPÍTULO VI

DA COMPOSIÇÃO DA CÂMARA, DAS COMISSÕES E DO FÓRUM REGIONAL PERMANENTE DE EXTENSÃO

Art. 11 A Câmara de Extensão tem a finalidade de acompanhar, sugerir, aprovar e consolidar instrumentos legais que orientem a aplicação da Política de Extensão, a sua qualificação e a contínua avaliação.

Art. 12 A Câmara é constituída pelos seguintes membros:

- I** - Pró-Reitor(a) de Extensão, como presidente;
- II** - Pró-Reitor(a) Adjunto(a) de Extensão, como vice-presidente;
- III** - um representante da Pró-Reitoria de Planejamento;
- IV** - dois representantes de cada Unidade de Ensino, sendo um servidor docente da Comissão de Extensão ou equivalente e um técnico-administrativo em educação indicado pelo Gabinete de Projetos.
- V** - quatro representantes do corpo discente ou seus respectivos suplentes, indicados pela Direção do DCE.

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos III e IV exercerão seus mandatos na Câmara de Extensão de acordo com o período correspondente ao seu exercício na Comissão de Extensão ou equivalente da respectiva Unidade.

§ 2º Os representantes estudantis exercerão seu mandato pelo tempo definido pela Direção Executiva do DCE, durante a vigência do mandato da mesma.

§ 3º Todos os membros da Câmara de Extensão têm direito a voto.

Art. 13 Cada Unidade de Ensino, como também a Reitoria, por meio da Pró-Reitoria de Planejamento, deverá possuir uma Comissão de Extensão ou equivalente.

§ 1º A Comissão de Extensão ou equivalente terá competência deliberativa sobre o registro de ações de extensão e consultiva em relação à concessão de recursos, mediante processo de avaliação.

§ 2º A composição das Comissões de Extensão respeitará a autonomia de cada Unidade, desde que haja representação dos três segmentos: docentes, técnico-administrativos em educação e estudantes.

Art. 14 O Fórum Regional Permanente de Extensão, de caráter consultivo, tem a finalidade de prospectar as demandas da sociedade de forma contínua, mediante diálogo e troca de experiências em um processo de comunicação qualificada, visando à definição de prioridades para a elaboração de critérios de seleção de ações a serem contempladas com recursos do Fundo de Incentivo à Extensão (FLEX).

§ 1º O Fórum Regional Permanente de Extensão é composto pela Pró-Reitoria de Extensão, pelas Comissões de Extensão ou equivalentes, por representações do Poder Público, do setor produtivo e dos movimentos sociais.

§ 2º A realização do Fórum acontece de forma descentralizada, em parceria com os Gabinetes de Projetos e Comissões de Extensão ou equivalentes, com frequência mínima anual por Campus.

CAPÍTULO VII

DAS CONDIÇÕES E REGISTRO DAS AÇÕES

Art. 15 É vedado o registro de ações extensionistas voltadas à prática religiosa ou a ações político-partidárias.

Art. 16 As ações de extensão deverão ser registradas pelo Coordenador no sistema de informação em uso na instituição.

§ 1º A orientação pedagógica de estudantes participantes de ações de extensão deverá ser exercida por docente, seja ele coordenador ou membro da equipe, ou por técnico-administrativo em educação dos cargos de pedagogo ou técnico em assuntos educacionais, com titulação mínima de mestre.

§ 2º O coordenador de projeto ou programa de extensão deverá apresentar, para fins de financiamento, declaração de compromisso ou carta de aceite da ação proveniente do órgão público ou instituição ou representante da comunidade atendida, à exceção de ações de extensão de Unidades ou SubUnidades, cuja ação já está direcionada ao atendimento do público externo, a exemplo do Planetário, Jardim Botânico, Assistência Judiciária, Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia/Universidade Federal de Santa Maria, Museu Gama D'Éça, Orquestra Sinfônica, Hospital Universitário, Ambulatórios institucionais, Veículos de Comunicação Institucional, entre outros, mas é necessária carta de anuência da direção ou coordenação da Unidade ou SubUnidade.

§ 3º Nos casos de ação interinstitucional ou participação de membros voluntários externos, o coordenador é responsável pela apresentação do instrumento legal que formaliza o compromisso entre as partes.

§ 4º Nas ações de extensão classificadas como cursos de extensão, os servidores técnico-administrativos em educação e convidados externos poderão compor a equipe de educadores desde que possuam qualificação e experiência comprovadas em seu currículo.

§ 5º Os modelos de ações de extensão, documentos ou formulários necessários ao registro das ações de extensão serão estabelecidos pela Pró-Reitoria de Extensão e disponibilizados no sítio eletrônico da instituição.

CAPÍTULO VIII DO FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Art. 17 O Fundo de Incentivo à Extensão (FIEEX) é constituído com aporte de recursos institucionais a fim de fomentar as ações extensionistas da UFSM, com execução orçamentária descentralizada nas Unidades.

Parágrafo único. O edital que rege a distribuição de recursos tem periodicidade anual e é aprovado pela Câmara de Extensão, considerando as demandas prioritárias levantadas pelo Fórum Regional Permanente de Extensão.

Art. 18 A aplicação dos recursos referentes à execução de ações de extensão formalizadas por convênios, contratos e instrumentos correlatos celebrados com entidades públicas ou privadas, oriundos de ressarcimento institucional, será definida pela Pró-Reitoria de Extensão.

§ 1º As informações acerca dos valores recolhidos a título de ressarcimento institucional em projetos, deverão ser encaminhadas semestralmente pela Fundação ou órgão fomentador da ação à UFSM.

§ 2º Em posse das informações do parágrafo primeiro, a UFSM destinará à Pró-Reitoria de Extensão o valor dos recursos de ressarcimento institucional recebido em virtude de ações de extensão realizadas em parceria com a Fundação ou órgão fomentador, cuja deliberação sobre a utilização desses recursos caberá à Pró-Reitoria de Extensão.

Art. 19 As ações de extensão que apresentam caráter estratégico para UFSM e que demandam apoio e recursos financeiros externos para serem executadas serão estimuladas a participarem de editais específicos, com alocação de recursos técnicos e/ou financeiros por meio de cotas a serem aportadas pela comunidade externa.

CAPÍTULO IX DA AVALIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Art. 20 A avaliação das ações de extensão segue a orientação do FORPROEX, considerando cinco dimensões e seus respectivos indicadores:

- I - **Dimensão Política de Gestão:** Importância estratégica da extensão universitária; Estrutura organizacional de suporte à extensão universitária; Institucionalização de programas e projetos de extensão; Valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira; Formação em gestão da extensão para servidores dos órgãos/setores responsáveis pela extensão; Participação dos servidores da extensão em eventos da área; Capacitação em extensão promovida ou apoiada pela Pró-Reitoria de Extensão (ou equivalente) aberta à comunidade acadêmica; Garantia da qualidade na extensão; Taxa de aprovação de propostas de extensão em editais externos; Taxa de conclusão de ações de extensão; Recursos do orçamento anual público voltado para extensão; Recursos para extensão captados via edital público externo e Recursos para extensão captados via prestação de serviços acadêmicos especializados;
- II - **Dimensão Infraestrutura:** Disponibilidade de espaço físico adequado para órgãos/setores de gestão da extensão; Estrutura de pessoal nos órgãos/setores de gestão da extensão; Disponibilidade de equipamentos adequados para eventos culturais; Disponibilidade de espaços esportivos adequados; Disponibilidade de espaços adequados de apoio ao empreendedorismo; Logística de transporte de apoio à extensão; Acesso e transparência das ações de extensão; Sistemas informatizados de apoio à extensão.
- III - **Dimensão Relação Universidade - Sociedade:** Representação da sociedade na IFES; Parcerias interinstitucionais; Envolvimento de profissionais externos na extensão da IFES; Representação oficial da IFES à sociedade civil; Meios de comunicação com a sociedade; Alcance da Prestação de Contas à Sociedade; Público alcançado por programas e projetos e Público alcançado por cursos e eventos.
- IV - **Dimensão Plano Acadêmico:** Regulamentação de critérios para inclusão de da extensão nos currículos; Nível de inclusão da extensão nos currículos; Articulação extensão – ensino; Articulação extensão – pesquisa; Contribuições da extensão para o ensino e a pesquisa; Proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão; Participação geral da extensão no apoio ao estudante; Participação de docentes na extensão; Participação de técnicos-administrativos na extensão.
- V - **Dimensão Produto acadêmico:** Ações de extensão desenvolvidas por modalidade; Produção de materiais para instrumentalização da extensão; Produção de livros ou capítulos com base em resultados da extensão; Publicação de artigos em periódicos com base em resultados da extensão; Comunicações em eventos com base em resultados da extensão; Produções audiovisuais; Produções artísticas (exposições, espetáculos, outros); Empreendimentos graduados em incubadoras e Cooperativas populares graduadas em incubadoras; Apostilas; Cartilhas; Jogos; Mapas; Maquetes, Guias, Folhetos, Folders; Sites; Softwares, entre outros.

Art. 21 Caberá à Pró-Reitoria de Extensão, em colaboração com a Câmara e as Comissões de Extensão ou equivalentes, elaborar instrumentos de avaliação da extensão, de um modo geral, e das ações de extensão, em particular, considerando as dimensões e indicadores elencados no Art. 20, os desafios e objetivos constantes no PDI da UFSM, bem como as normas em vigor referentes à modernização da gestão pública e outros indicadores.

Parágrafo único. As ações de extensão deverão ser avaliadas anualmente e, as ações contempladas com recursos financeiros, deverão realizar prestação de contas dos recursos recebidos, cuja prestação de contas receberá parecer das Comissões de Extensão ou equivalentes.

Art. 22 Constituem estratégias de valorização da Extensão na UFSM:

- I - a instituição da premiação anual de extensão;
- II - a divulgação das ações extensionistas em diferentes meios e a publicização dos relatórios de prestação de contas;
- III - o incremento da pontuação referente a ações de extensão realizadas por docentes para fins de progressão na carreira;
- IV - a incorporação à jornada de trabalho da carga horária destinada a ações de extensão realizadas por servidores técnico-administrativos, até o limite de 10% da carga horária semanal, considerada como encargo administrativo, à exceção das atividades e ações de extensão previstas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.
- V - as ações de extensão para fins de progressão na carreira, desde que estejam amparadas pela legislação competente.

Art. 23 A premiação anual de Extensão se dará da seguinte forma:

- I - O Destaque Extensionista será atribuído a um docente e a um técnico-administrativo em educação, com reconhecida trajetória de trabalho extensionista, de acordo com critérios elaborados pela Câmara de Extensão.
- II - Serão selecionados os melhores trabalhos de extensão participantes da Jornada Acadêmica Integrada da UFSM, por Unidade, sendo os discentes, autores do trabalho, premiados com participação assegurada na edição seguinte do Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, atendendo ao limite máximo de participantes no referido evento, bem como a demanda de inscrições por Unidade.

Parágrafo único. A avaliação das ações de extensão pela Câmara de Extensão deverá ser parametrizada e considerar como critérios mínimos os seguintes: Impacto Social; Impacto Formativo; Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão; Interdisciplinaridade; Interação Dialógica e Longevidade e Qualidade das ações desenvolvidas.

CAPÍTULO X DA INSERÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NOS CURRÍCULOS DA GRADUAÇÃO

Art. 24 A Pró-Reitoria de Extensão terá a responsabilidade compartilhada com a Pró-Reitoria de Graduação de coordenar a implantação de estratégias, criar espaços de debate e fomentar a elaboração de documentos que orientem a inserção das ações de extensão nos currículos de graduação considerando a necessidade de:

- I – criar os mecanismos necessários para facilitar a identificação das ações de extensão;
- II – disponibilizar informações das ações extensionistas às diferentes instâncias da estrutura administrativa da Universidade para facilitar o processo de flexibilização curricular;
- III – elaborar instrumentos de avaliação das ações de extensão a partir de indicadores de desempenho e de frequência, quando for o caso, para que possam ser computadas e incluídas no histórico acadêmico.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 25 A presente Política de Extensão da UFSM está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026 no intuito de alcançar a excelência institucional, dando destaque aos seguintes desafios:

- I - Desafio 2: Apoiar, desenvolver e monitorar ações de extensão que promovam uma educação inovadora e transformadora visando qualificar a formação acadêmica pela sua inserção nos currículos da graduação.
- II - Desafio 3: Qualificar o processo de inclusão social, considerando o trabalho desenvolvido pelo Observatório de Direitos Humanos da UFSM, na parceria entre a Pró-Reitoria de Extensão e a Coordenadoria de Ações Educacionais.
- III - Desafio 4: Disponibilizar informações, induzir a inovação, o empreendedorismo e a transferência de tecnologia, no âmbito dos Programas de Pós-Graduação, visando ações de extensão com inserção social e a integração com a sociedade e o mercado.
- IV - Desafio 6: Promover a qualificação e a inserção das ações de extensão em consonância com as demandas da sociedade para fomentar o desenvolvimento local e regional.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 A Política de Extensão, bem como as normas e procedimentos a ela associados, deverão ter ampla divulgação, de forma a garantir que todos entendam suas responsabilidades e ajam de acordo com esses preceitos.

Art. 27 Os casos omissos deverão ser decididos pela Pró-Reitoria de Extensão e pela Câmara de Extensão, quando se fizer necessário.

Art. 28 Esta Política entra em vigor na data de sua aprovação, revogando a Resolução nº016, de 18 em julho de 2008, e a Resolução nº025, de 10 de novembro de 2008.